

SANCIONADA LEI DISPONDO ... Obras em Votuporanga, U.S.P. TERA UMA EDITORA ...

(Conclusão da 1.ª pag.)

intocáveis e cujo tamanho deverá constituir amostra expressiva da flora local; a exploração das florestas poderá ser feita diretamente pelo S. F. ou por meio de contratos com particulares, nas condições previstas na lei; as quantias daí resultantes constituirão receita do Fundo de Pesquisas do Serviço Florestal.

INFRAÇÕES

A lei também dispõe que constituem infração sujeita a multa, sem prejuízo das sanções previstas em outros dispositivos legais, o seguinte: transitar com veículos em caminhos interditados ou em horas proibidas pelo S. F. (multa de 1 a 3 vezes o valor do salário mínimo mensal vigente na região); transitar conduzindo animais, por caminhos ou picadas interditados (multa de 1 a 2 vezes o salário mínimo); abrir ou modificar picadas para pedestres ou animais (multa de 1 a 10 vezes o salário mínimo); abrir ou modificar caminhos ou estradas para trânsito de veículo (multa de 5 a 20 vezes o salário mínimo); desobedecer as proibições ou limitações estabelecidas pelos Conselhos Orientadores dos parques e pelo S. F. sobre a introdução de espécies vegetais e animais (multa de 1 a 10 vezes o salário mínimo regional); construir ou manter casas, choças, barra-

cos, cobertos, telheiros, abrigos ou acampamentos, sem autorização competente (multa de 1 a 10 vezes o salário mínimo); deixar lixo, papéis, sobras ou detritos de qualquer natureza em lugares não destinados a esse fim (multa não excedente a um décimo do salário mínimo regional); pintar, escrever ou esculpir palavras ou desenhos em troncos, rochas barrancos, grutas ou em outros locais (multa não excedente à metade do salário mínimo).

Finalmente, prevê a lei que, no que couber, aplicam-se aos monumentos naturais os dispositivos referentes aos parques estaduais.

Exames para operador de Raios X

O Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional, da Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social, comunica que, de 1.º a 30 de setembro vindouro, estarão abertas as inscrições para os exames de habilitação ao título de Operador de Raios X, Radioterapia e Substâncias Radioativas.

Os interessados deverão dirigir-se à sede daquele Serviço, instalada no Largo de São Francisco, 181, onde poderão obter melhores esclarecimentos.

Regente Feijó e São José do Rio Pardo

O Governador do Estado em exercício, ao despachar expediente da Secretaria da Viação, autorizou a Diretoria de Obras Públicas a conceder auxílio no valor de Cr\$ 750.000,00 à Prefeitura Municipal de Regente Feijó, para execução de serviços de reforma nas escolas isoladas daquele Município.

VOTUPORANGA

O Governador do Estado em exercício, ao despachar expediente da Secretaria da Viação, aprovou concorrência pública e autorizou a Diretoria de Obras Públicas a contratar as obras de construção do muro de fecho para a Cadeia e Delegacia de Votuporanga, pelo valor de Cr\$ 1.162.888,20 e prazo de 2 meses.

SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

O Governador do Estado em exercício, despachando expediente da Secretaria da Viação, autorizou a Diretoria de Obras Públicas a expedir ordem de serviço no valor de Cr\$ 713.678,50, para a conclusão dos sanitários da seção masculina do Grupo Escolar "Tarquinio Cobra", em São José do Rio Pardo, no prazo de 60 dias.

(Conclusão da 1.ª pag.)

cução disposições previstas no novo Estatuto da Universidade de São Paulo, já aprovado e publicado. A Editora Universitária é uma antiga aspiração da classe universitária e, pelo ato do Reitor, Prof. Antonio Barcos de Ulhoa Cintra, será realidade em breve. A Comissão de Bibliotecas fará o trabalho de coordenação de todas as atividades bibliográficas e bibliotecárias da Universidade de São Paulo, dinamizando-as, assim como providenciará a instalação na Cidade Universitária de uma Biblioteca Central da Universidade de

DAEE adquirirá transformadores

O Governador do Estado em exercício, ao despachar expediente da Secretaria da Viação, aprovou concorrência pública e autorizou o Departamento de Águas e Energia Elétrica a adquirir transformador de 5.000kw por Cr\$ 9.108.600,00 e transformador de 2.000kw pelo valor de Cr\$ 4.850.000,00, para serem utilizados na melhoria dos serviços de energia elétrica de Bragança, Atibaia, Mairiporã e Santa Mercedes.

São Paulo, aproveitando o acervo e a organização da Biblioteca Central da Reitoria da Universidade de São Paulo já existente. Para esse fim, estuda o Fundo para a Construção da Cidade Universitária os planos de construção de um grande conjunto no campus Universitário.

EXPANDE-SE A REDE ...

(Conclusão da 1.ª pag.)

Jandira; Itacaré, entre Irai e Aratans; Mairi, entre Irai e Aratans; Moreira Guimarães entre Imarés e Irai.

Vila Leopoldina — Mergenthaler, ímpar, entre Imp. Leopoldina e 1.ª travessa da Mergenthaler; 1.ª travessa da Mergenthaler, eixo, entre Mergenthaler, ímpar, e fim da rua.

Vila Uberabinha — Tico-tico, par, entre Canário e Gaivotas; Tico-tico, par, entre Gaivotas e Ponta Sêca; Tico-tico, ímpar, entre Canário e Gaivotas; Tico-tico, ímpar, entre Gaivotas e Ponta Sêca; Canário, par, entre Tico-tico e República do Líbano; Canário, ímpar, entre Tico-tico e República do Líbano; Colibri, eixo, entre Canário e Particular; Particular, eixo, entre Colibri e Jauaperi; Gaivotas, eixo, entre Tico-tico e Juriiti.

DIÁRIO DO EXECUTIVO
GOVÊRNO DO ESTADO

LEI N. 6883, DE 29 DE AGOSTO DE 1962

Autoriza a abertura de crédito especial.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir na Secretaria da Fazenda, à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, um crédito especial de Cr\$ 1.533.238,00 (um milhão, quinhentos e trinta e três mil, duzentos e trinta e oito cruzeiros), destinado a ocorrer ao pagamento do saldo da indenização devida a Maria Fernandes Lopes, pela desapropriação de imóvel de sua propriedade, nos termos do Decreto n. 23.914, de 13 de dezembro de 1954.

Parágrafo único — O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes do produto de operações de crédito que a Secretaria da Fazenda fica autorizada a realizar, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 29 de agosto de 1962.

JOAQUIM DE SYLOS CINTRA

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no

exercício do cargo de Governador.

Luciano Vasconcelos de Carvalho

Virgílio Lopes da Silva

Respondendo pelo expediente da Secretaria da Justiça.

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 29 de agosto de 1962.

Fioravante Zampol — Diretor Geral

LEI N. 6884, DE 29 DE AGOSTO DE 1962

Dispõe sobre os parques e florestas estaduais, monumentos naturais e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Os parques estaduais são áreas de domínio público, destinadas à conservação e proteção de paisagens e grutas e da flora e da fauna.

Artigo 2.º — O Estado, pelos seus órgãos especializados, fará um levantamento da flora, da fauna e das condições naturais dos parques e florestas estaduais.

Parágrafo único — Nos parques e florestas estaduais serão reservadas áreas para o estabelecimento de Estações de Pesquisas Biológicas a serem mantidas por entidades estatais ou autárquicas.

Artigo 3.º — Nos parques estaduais serão mantidas zonas em estado primitivo, nas quais ficam proibidas todas as atividades que importem em qualquer modificação do aspecto primitivo da região, exceto abertura e manutenção de caminhos para acesso de pedestres.

Artigo 4.º — Nos parques estaduais, reservado para o Estado o domínio da terra, poderão ser outorgadas concessões a pessoas físicas ou jurídicas, para o funcionamento e a construção de hotéis, acampamentos de férias, colégios, clubes de campo, clubes de ciências naturais, casas para venda de artigos a turistas, restaurantes, museus e similares.

Artigo 5.º — Nenhuma concessão poderá ter área total que ultrapasse de 10 (dez) vezes a área efetivamente construída pelo concessionário.

Artigo 6.º — As áreas sujeitas a concessão serão localizadas de acordo com o plano diretor de cada parque, de modo a deixar livres áreas contínuas não inferiores a 30% (trinta por cento) da superfície total do parque e de extensão o mais possível igual em todas as direções.

Parágrafo único — Em cada parque a soma de todas as concessões não poderá exceder a 1% (um por cento) da área total do parque.

Artigo 7.º — As obras previstas nas concessões, quando de vulto, deverão estar concluídas no prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único — Esse prazo poderá ser prorrogado, a juízo do Serviço Florestal, ouvido o Conselho Orientador do Parque.

Artigo 8.º — A caça e a pesca deverão ser objeto de regulamentação especial em cada parque, de modo a garantir a preservação das espécies nativas.

Artigo 9.º — A coleta de lenha e de madeira, para uso exclusivo do parque e dos seus concessionários, somente poderá ser feita de forma direta pela administração do parque e mediante a utilização de árvores mortas.

Artigo 10.º — Os recursos provenientes das concessões serão destinados ao Fundo de Pesquisas do Serviço Florestal.

Artigo 11.º — As concessões serão outorgadas pelo Secretário da Agricultura, ouvido o Serviço Florestal e o Conselho Orientador do Parque.

Artigo 12.º — O concessionário contribuirá anualmente para o Fundo de Pesquisas do Serviço Florestal com importância proporcional ao valor da concessão.

Artigo 13 — No contrato de concessão o concessionário se obrigará a cumprir as Leis Florestais do Estado, bem como as disposições do Plano Diretor e do Regulamento do Parque. Obrigar-se-á, ainda, a respeitar e fazer respeitar na sua concessão os princípios morais e a ordem pública.

§ 1.º — O não cumprimento do disposto neste artigo importará na anulação da concessão.

§ 2.º — Na hipótese do parágrafo anterior, fica facultado ao Estado optar pela aquisição de todos os bens existentes na concessão.

Artigo 14 — O Estado poderá subvencionar os concessionários cuja ação seja de interesse para o turismo.

Parágrafo único — As subvenções, de que trata este artigo, não poderão ser dadas por prazo maior de 4 (quatro) anos, mas poderão ser renovadas anualmente, findo esse período.

Artigo 15 — Será criado, em cada parque, um Conselho Orientador composto de quatro membros escolhidos pelo Secretário da Agricultura de uma lista de doze nomes, elaborada pelo Conselho Florestal do Estado.

Parágrafo único — O Conselho de que trata este artigo será presidido por funcionário designado pelo Serviço Florestal do Estado.

Artigo 16 — Ao Conselho Orientador de cada parque caberá:

I — opinar sobre as construções e benfeitorias a serem feitas pelo

Estado;

II — aprovar, "ad referendum" do Diretor do Serviço Florestal do Estado, as plantas de construções e benfeitorias a serem feitas no parque pelos concessionários;

III — aprovar, "ad referendum" do Serviço Florestal do Estado, o plano diretor e o regulamento do parque;

IV — representar a quaisquer órgãos do Governo sobre assuntos de interesse do parque; e

V — deliberar sobre a introdução de espécies animais e vegetais.

§ 1.º — Os membros de cada Conselho Orientador terão mandato de 3 (três) anos, servindo sem remuneração.

§ 2.º — Cada Conselho Orientador deliberará com um mínimo de três membros.

§ 3.º — As reuniões do Conselho Orientador serão convocadas, quando necessário, por seu Presidente ou por dois de seus membros e, se em três convocações sucessivas, em dias diferentes, não houver "quorum", os assuntos a serem tratados serão submetidos ao Conselho Florestal do Estado.

Artigo 17 — O Estado poderá adquirir ou reservar áreas restritas de terras, com o objetivo de preservar um ou mais vegetais ou acidentes naturais de real interesse turístico, paisagístico, científico ou histórico.

Parágrafo único — No que lhes couber, aplicam-se aos monumentos naturais os dispositivos referentes aos parques estaduais.

Artigo 18 — As florestas estaduais são constituídas em propriedades do Estado e destinam-se a assegurar, mediante exploração racional, um suprimento de produtos florestais e a proteger a fauna e a flora locais, de modo a garantir a continuação de suas espécies.

Parágrafo único — A caça e a pesca serão permitidas nas florestas estaduais, nas condições estabelecidas no artigo 8.º.

Artigo 19 — As florestas estaduais poderão, a qualquer tempo, no todo ou em partes, ser transformadas ou utilizadas como parques.

Artigo 20 — Nas florestas estaduais não será permitido o corte raso das matas que tenham caráter de protetoras, segundo os conceitos estabelecidos no Código Florestal.

Artigo 21 — Em cada floresta estadual de mata natural será reservada uma ou mais áreas a serem mantidas intocáveis e cujo tamanho deverá constituir amostra expressiva da flora local, podendo ser aplicado para essas áreas o disposto no artigo 3.º.

Artigo 22 — A exploração das florestas estaduais poderá ser feita diretamente pelo Serviço Florestal ou por meio de contratos com particulares.

Parágrafo único — As quantias resultantes da exploração, de que trata este artigo, constituirão receita do Fundo de Pesquisa do Serviço Florestal.

Artigo 23 — Os contratos para a exploração das florestas estaduais serão feitos mediante concorrência pública.

Parágrafo único — As normas gerais a serem estabelecidas no contrato serão submetidas à aprovação do Secretário da Agricultura, ouvido o Conselho Florestal do Estado.

Artigo 24 — Os contratantes, além das obrigações relativas à exploração florestal, prestarão sempre ampla e eficiente assistência médica a seus empregados, inclusive no tratamento de moléstias contraídas na mata, sob pena de rescisão contratual.

Artigo 25 — Constituem infração sujeita a multa, sem prejuízo das sanções previstas em outras leis:

I — transitar com veículos em caminhos interditados ou em horas proibidas pelo Serviço Florestal do Estado. Multa: de 1 a 3 vezes o valor do salário mínimo mensal vigente na região;

II — transitar, conduzindo animais, por caminhos ou picadas interditados pelo Serviço Florestal do Estado. Multa: de 1 a 2 vezes o valor do salário mínimo mensal vigente na região;

III — abrir ou modificar picadas para pedestres ou animais. Multa: de 1 a 10 vezes o valor do salário mínimo mensal vigente na região;

IV — abrir ou modificar caminhos ou estradas para trânsito de veí-